3

Prolegômenos à identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira

Interessa-nos aqui o exame do dinamismo da narratividade presente na concepção de linguagem como atos de discurso, de linguagem como ação e de linguagem como escritura, de Paul Ricoeur. Isso porque tal concepção está relacionada com que Paul Ricoeur chama de pré-compreensão do mundo e da ação, ao explicitar o que se entende por *mimese* I.⁶⁴ Devemos considerar, pois, que a narrativa histórica, que é uma composição textual, está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação, de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e seu caráter temporal. Ora, se o fenômeno de concordância discordante somente se produz nos atos de linguagem, no discurso, se a narrativa histórica, que é ato de linguagem, está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação, de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal, entende-se, por conseguinte, que há estreita relação entre a narrativa histórica e a pré-compreensão do mundo e da ação.⁶⁵

Este capítulo tem, pois, tríplice tarefa: primeira, apresentar a relação entre a narrativa histórica e a pré-compreensão do mundo e da ação, enquanto pré-compreensão da experiência humana na qual se enraíza a composição textual (*mimese* II); segunda, responder pelas condições de possibilidade de uma composição textual; terceira, ser prolegômeno ao estudo da configuração da narrativa histórica (Capítulo 4) e ser prolegômeno ao estudo de uma narrativa historiográfica literária (Capítulo 5). Assim sendo, inicialmente, estudaremos a linguagem como discurso, em seguida, os traços estruturais, simbólicos e temporais da práxis humana, constitutivos da pré-compreensão do mundo e da ação, e, finalmente, os fenômenos da linguagem como escritura, constitutivos da mediação indireta entre oralidade e escritura.

⁶⁴ *TN I*, p. 88.

⁶⁵ Relação entre a teoria do discurso e a teoria da ação.

3.1. A linguagem como atos de discurso

A linguagem como atos de discurso é um *medium* de nossa experiência fundante: somos com os outros no mundo. Através da e na linguagem, nós nos constituímos como um nós, nos exprimimos a realidade, descrevendo-a e representando-a, nos compreendemos a nós mesmos.⁶⁶ Essa tríplice mediação cooriginária é o discurso. Pelo discurso, referimo-nos ao mundo, a nós mesmos e ao outro. O ato de falar é a intenção de dizer alguma coisa sobre qualquer coisa a alguém.

Em diversas conferências proferidas e em inúmeros artigos publicados no período de 1967 a 1978, Paul Ricoeur abordou a hermenêutica da linguagem como discurso, ou seja, formulou sua teoria do discurso.⁶⁷ O discurso, para Paul Ricoeur, é a dialética do sentido e da referência.⁶⁸ Esta é a síntese da resposta à questão *se a linguagem não fosse fundamentalmente referencial, seria ou poderia ela ser significativa?* tal qual se encontra no primeiro ensaio da obra *Interpretation Theory: Discourse and the Surplus of Meaning*.⁶⁹

Na abordagem ricoeuriana da linguagem como discurso, há a convergência do discurso como evento e do discurso como predicação, há a convergência do significado do locutor e do significado da enunciação e há a convergência da significação como sentido e da significação como referência. Trata-se da analítica do discurso, que é sintético.

⁶⁶ RICOEUR, Paul. *Philosophie et langage*. Paris: Revue philosophique de la France, 1978, volume 4, pp. 454–455.

⁶⁷ *II*, pp. 15–59; *CI*, pp. 27–54; RICOEUR, Paul. *La structure, le mot, l'événement*. Paris: Esprit, 1967, volume 5, pp. 801–821; _____. *Événement et sens dans le discours*. In M. Philibert (ed). *Paul Ricoeur ou la liberté selon l'espérance*. Paris: Seghers, 1971, pp. 177–187; _____. *Discours et communication*. Conférence inaugurale au Congrès, 1971, publicado em *La communication*. Montreal: Montmorency, 1973, pp. 23–48; _____. *Parole et symbole*. Strasbourg: Revue des sciences religieuses, 1975, volumes 1–2, pp. 142–161.

⁶⁸ RICOEUR, *Philosophie et langage*, pp. 449–463.

⁶⁹ *TI*. Uma série de conferências sobre o problema da compreensão da linguagem ao nível de produções como poemas, narrativas e ensaios, quer sejam literárias quer sejam filosóficas, foi proferida por Paul Ricoeur na Texas Christian University, no período de 27 a 30 de novembro de 1973. Dessa série, quatro ensaios constituem o volume desta obra.

3.1.1.

Unidade dialética do evento e da significação nos atos de discurso

Atos de discurso é, para Paul Ricoeur, a relação dialética entre a unidade dialética do evento e da significação e a unidade dialética do sentido e da referência. Começamos pela unidade dialética do evento e da significação.

3.1.1.1.

O significado do locutor e o significado da enunciação

O conceito de significação tem duas interpretações: significar é o que o falante quer dizer, o que intenta dizer, e significar é o que a frase denota, o que produz a conjunção entre a função de identificação e a função predicativa: identificar alguma coisa. Segundo Paul Ricoeur, o significado do locutor tem a sua marca no sentido da enunciação e o sentido da enunciação aponta para o significado do locutor graças à auto-referência do discurso. As línguas não falam, somente as pessoas. Um dos lados eventuais da dialética é alguém falando. O evento é alguém falando. Um dos lados eventuais da dialética é alguém *significando*. O evento é alguém *significando*. Todavia, o lado proposicional da auto-referência não se reduz a uma simples intenção psicológica. O evento é, por excelência, o diálogo, a reciprocidade de intenções.⁷⁰

Paul Ricoeur recorre à análise empírica e filosófica da lingüística dos atos de fala⁷¹ por entender que oferece uma contribuição para a dialética do evento e do conteúdo da proposição.

Uma primeira contribuição de análise empírica para a dialética do evento e do conteúdo proposicional é a análise lingüística dos atos da fala de J. L. Austin. Sua explicitação dos atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário oferece, segundo Paul Ricoeur, uma contribuição para a dialética do evento e do conteúdo da proposição:

⁷⁰ Idem, p. 30.

⁷¹ A análise dos atos da fala segundo John L Austin, o ato interlocucionário, análise psicológica do ato de linguagem segundo John R. Searle, a reciprocidade de intenções segundo Peter Geach e a intencionalidade da consciência segundo Edmund Husserl.

“os performativos são apenas casos particulares de uma característica geral exibida por toda a classe de atos da linguagem, quer sejam ordens, desejos, perguntas, advertências ou asserções. Todas elas, além de dizerem algo (o acto locucionário), fazem algo ao dizer (o acto ilocucionário) e produzem efeitos por o dizerem (o acto perlocucionário). O acto ilocucionário é o que distingue uma promessa de uma ordem, de um desejo ou de uma asserção. E a ‘força’ do acto ilocucionário apresenta a mesma dialética de evento e significação. Em cada caso, uma ‘gramática’ específica corresponde a uma certa intenção para a qual o acto ilocucionário exprime a ‘força’ distintiva. O que se pode expressar em termos psicológicos como acreditar, querer ou desejar, é investido de uma existência semântica graças à correlação que existe entre estes dispositivos gramaticais e o acto ilocucionário.”⁷²

Outra contribuição de análise empírica para a dialética do evento e do conteúdo da proposição é o ato interlocucionário (ou alocucionário). O discurso é dirigido a alguém; há outro falante que é o endereçado do discurso. Segundo Paul Ricoeur, *“cada acto ilocucionário é uma espécie de pergunta. Asserir alguma coisa é esperar acordo, tal como dar uma ordem é esperar obediência. Mesmo o solilóquio – o discurso solitário – é um diálogo consigo mesmo.”⁷³* A presença do par, locutor e ouvinte, constitui a linguagem como comunicação. O esforço, por exemplo, de Roman Jakobson de teorizar a tríplice relação entre falante, ouvinte e mensagem num esquema de seis funções atesta o evento do diálogo.⁷⁴

Se, de um lado, a comunicação é um fato, pois as pessoas efetivamente falam umas às outras, de outro lado, a comunicação é um enigma. Escreve Paul Ricoeur que

“o que é experienciado por uma pessoa não se pode transferir totalmente como tal e tal experiência para mais ninguém. A minha experiência não pode tornar-se diretamente a vossa experiência. Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência. E, no entanto, algo se passa de mim para vocês, algo se transfere de uma esfera de vida para outra. Este algo não é a experiência enquanto experienciada, mas a sua significação. (...) A experiência experienciada, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação torna-se pública.”⁷⁵

⁷² II, p. 26; AUSTIN, John. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

⁷³ *TI*, pp. 26–27.

⁷⁴ *Idem*, p. 27. Roman Jakobson parte da tríplice relação entre falante, ouvinte e mensagem e acrescenta três outros fatores complementares – código, contato e contexto -, a partir dos quais se estabelece um esquema de seis funções: ao locutor corresponde a função emotiva, ao ouvinte a conativa, à mensagem a função poética. O código designa a função metalingüística, ao passo que o contato e contexto são os suportes das funções fática e referencial.

⁷⁵ *Idem*, pp. 27-28.

A comunicação é a superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida. Neste sentido, o evento não é apenas a experiência enquanto expressa e comunicada. O evento é o acontecer do diálogo. A instância do diálogo é a instância do discurso. A instância do discurso é a instância do diálogo: “*o diálogo é um evento que liga dois eventos.*”⁷⁶

3.1.2.

Unidade dialética do sentido e da referência nos atos de discurso

Assim como o discurso como evento de fala e o discurso como predicação são componentes abstratos de uma polaridade concreta – a linguagem como discurso –, a significação como sentido e a significação como referência são os componentes abstratos de uma polaridade concreta: o discurso refere-se ao seu locutor ao mesmo tempo em que se refere ao mundo.

Anteriormente vimos, de um lado, que significar é o que o locutor e a frase fazem, e, de outro lado, que o sentido da auto-referência da frase, da dimensão ilocucionária do ato lingüístico (faz-se algo ao dizer) e da intenção de reconhecimento pelo ouvinte constituem o evento do diálogo. Logo, constata-se que no evento do diálogo podemos significar *o quê* do discurso ou *o acerca do quê* do discurso. Segundo Paul Ricoeur, *o quê do discurso é o seu sentido, o acerca do que é a sua referência.*⁷⁷ O sentido é, portanto, atravessado pela intenção de referência do locutor.

A dialética do evento e da significação porta a dialética do sentido e da referência, pois

*“a noção de trazer à experiência é a condição ontológica de referência, uma condição ontológica reflectida dentro da linguagem como um postulado que não tem justificação imanente; o postulado segundo o qual pressupomos a existência de coisas singulares que identificamos. Pressupomos que algo deve existir para que algo se possa identificar.”*⁷⁸

Essa assertiva de Paul Ricoeur de que deve existir algo para que se possa identificar impõe-nos investigar seus postulados da referência, pois a passagem da

⁷⁶ Ibidem, p. 28.

⁷⁷ Ibidem, p. 31.

dialética do evento e da significação para a dialética do sentido e da referência constitui uma etapa decisiva do presente estudo.

3.1.2.1.

O postulado da referência enquanto postulado da linguagem como atos de discurso

A questão da referência pode ser posta para Paul Ricoeur em dois níveis: no nível da semântica e no nível da hermenêutica.⁷⁹ A respeito do nível da hermenêutica, diremos ao tratarmos dos fenômenos da escritura dos atos de discurso, em *A linguagem como escritura* [3.3.]. No nível da semântica, a questão da referência só concerne às entidades do discurso da ordem da frase – por exemplo: lingüística da língua, lingüística da frase, lógica -; no nível da hermenêutica, dirige-se às entidades de maior dimensão que a frase. Conforme afirmamos anteriormente, enquanto postulado da semântica, a exigência de referência supõe que o discurso é uma unidade irreduzível, visa a um real extralingüístico (que é seu referente), que o discurso está sujeito às coisas, que o discurso se refere ao mundo: é porque existe primeiramente algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer à linguagem que, inversamente, a linguagem não se dirige apenas para significados ideais, mas também se refere ao que é.⁸⁰ O discurso é sempre discurso a respeito de algo, o discurso refere-se a um mundo que se pretende descrever, exprimir ou representar.

A mesma linha diretriz é traçada em *A metáfora viva* ao examinar o papel do enunciado metafórico como portador de sentido. Enumeram-se traços distintivos do discurso. O primeiro traço é que o discurso se produz como um acontecimento, mas se deixa compreender como sentido, ou seja,

“ao mesmo tempo em que o acontecimento de discurso é transitório e fugaz, ele pode ser identificado e reidentificado como ‘o mesmo’, e é esta significação, no sentido mais amplo, que é introduzida com a identificação do princípio de toda unidade de discurso. Existe sentido porque existe o mesmo sentido”⁸¹

⁷⁸ Ibidem, p. 32.

⁷⁹ *MV*, p. 110 e p. 332, respectivamente.

⁸⁰ *TI*, p. 33.

⁸¹ *MV*, pp. 113-114.

O segundo traço é a polaridade entre função identificante e função predicativa. O terceiro traço concerne à estrutura dos atos de fala: em cada ato de fala pode-se considerar um aspecto de locução⁸², um aspecto de ilocução e um aspecto de perlocução. O quarto traço é a relação entre sentido e referência. É somente no nível da frase, tomada como um todo, que se pode distinguir o que é dito sobre aquilo sobre o que se fala. A distinção entre sentido e referência é absolutamente característica do discurso: a linguagem é intencional; a linguagem visa a outra coisa que ela mesma; a linguagem sai de si mesma e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma. O quinto traço é a referência à realidade e a referência ao locutor. A própria referência é um fenômeno dialético, pois o discurso se refere a uma situação, a uma experiência, à realidade, ao mundo, em síntese, à realidade extralingüística, ele se refere também a seu próprio locutor por meio de procedimentos essencialmente de discurso.⁸³

A questão posta por ele - *se a linguagem não fosse fundamentalmente referencial, seria ou poderia ela ser significativa?*- chega a seu termo: o critério último da linguagem como discurso é que o discurso refere-se ao seu locutor ao mesmo tempo em que se refere ao mundo.⁸⁴ A assertiva de Paul Ricoeur de que, no uso espontâneo do discurso, *a compreensão não se detém no sentido, mas ultrapassa o sentido em direção à referência*⁸⁵ parece-nos ser capital a essa altura de nosso incursão hermenêutico. Na análise fenomenológica do dizer estão implicados, primeiro, que a linguagem se transcende como sinal. Isto significa que o sinal deixa de ser uma diferença interna à estrutura e passa a ser referência à coisa. Falar é o ato pelo qual, através do sinal, nós nos dirigimos para a realidade; segundo, que falar é o ato pelo qual nos comunicamos. É o aspecto intersubjetivo-social da linguagem. Falar é sempre dizer algo a alguém; terceiro, que no ato de dizer, nos exprimimos. A linguagem como discurso mostra-se, portanto, como um

⁸² Ibidem, p. 119. O ato locucionário permite ancorar na linguagem os elementos considerados psicológicos: a crença, o desejo, o sentimento.

⁸³ Ibidem, p. 121. No evento do diálogo, comunicam-se o conteúdo proposicional do discurso (o ato locucionário), o evento singular (aspecto subjetivo do ato ilocucionário), o sentido do discurso (o ato ilocucionário), a reciprocidade de intenções (gramática do reconhecimento intersubjetivo).

⁸⁴ *TI*, p. 33.

⁸⁵ *MV*, p. 146.

médium, pelo qual nós nos exprimimos: apresenta algo do mundo, cria uma relação intersubjetiva e exprime uma intenção dos sujeitos.⁸⁶

Ora, segundo Paul Ricoeur, o fenômeno de inovação semântica somente se produz no nível do discurso. A narrativa histórica é um discurso; logo, está enraizada na experiência vivida. Chegamos ao termo de sua teoria da linguagem como discurso. A próxima tarefa será conjugar sua teoria da linguagem como discurso com os traços estruturais, simbólicos e temporais da práxis humana, enquanto constitutivos da pré-compreensão do mundo e da ação.

3.2.

A linguagem como ação: os traços estruturais, simbólicos e temporais da práxis

A linguagem como ação significa que a vida vivida é uma ação. Essa ação é o modo de ser-com-os-outros, configurada e criada nas e pelas relações humanas. Dois fenômenos são-nos possíveis averiguar, enquanto ancoragens para uma configuração textual: o fenômeno dos atos do discurso como ação e o fenômeno das ações como tramas.⁸⁷

⁸⁶ BOTÍN, Francisco Javier Herrero. *O homem como ser de linguagem*. In PALÁCIO, C. Cristianismo e história. São Paulo, Edições Loyola, 1992, pp. 73–95; LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Categoria da intersubjetividade*. In Antropologia filosófica II. São Paulo: Edições Loyola, 1992, pp. 49–91.

⁸⁷ Nossas fontes serão duas, sobretudo: os estudos “*Uma semântica da ação sem agente*” e “*Da ação ao agente*”, em *O si-mesmo como um outro* (SA, pp. 73–136), e o estudo da análise descritiva do dizer do fazer, em *O discurso da acção* (*O discurso da acção*. Portugal: Edições 70, 1988, pp. 9–17). Os estudos “*Uma semântica da ação sem agente*” e “*Da ação ao agente*” dizem respeito às conferências que foram proferidas por Paul Ricoeur na Universidade de Edimburgo em 1986 a respeito das *Gifford lectures* com o título *On selfhood, the question of personal identity*. Nessas conferências, tratou-se do problema da ipseidade (dialética do si e diverso do si), do ponto de vista filosófico e do ponto de vista teológico. Dessas conferências, dez foram reunidas em *O si-mesmo como um outro* (AS). Os estudos dizem respeito à abordagem filosófica do problema da ipseidade). Sua proposta foi marcar o primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito por meio de uma hermenêutica do *si* (SA, p. 28; GREISCH, Jean. *Vers une herméneutique du soi: la voie courte et la voie longue*. Paris: Revue de métaphysique et morale, 1993, volume 98, pp. 413–427). Por conta disso, três enfoques tiveram em sua hermenêutica do *si*: o desvio da reflexão pela análise; a dialética da ipseidade e da mesmidade; e a dialética da ipseidade e da alteridade. Dado nosso objetivo, ater-nos-emos no desvio da reflexão pela análise. Aí, nos estudos 3 e 4, Paul Ricoeur explicita sua compreensão da linguagem como ação (SA, pp. 73–136). A conferência *O discurso da acção*, que é uma análise descritiva do dizer do fazer, diz respeito à investigação prévia considerada por quaisquer investigações éticas.

3.2.1. O fenômeno dos atos do discurso como ação

A teoria dos atos do discurso é a peça-mestra⁸⁸, pois Paul Ricoeur entende por discurso não somente atos de fala (por isso atos de discurso), mas também ações. Neste sentido, o próprio ato de discurso é uma ação:

“que não são os enunciados nem mesmo as enunciações que referem mas, lembramos mais acima, os sujeitos falantes, usando recursos do sentido e da referência do enunciado para trocar suas experiências numa situação de interlocução; que a situação de interlocução só tem valor de acontecimento, uma vez que os autores da enunciação são postos em cena pelo discurso em ato e, com os enunciadorees em carne e osso, sua experiência do mundo, sua perspectiva sobre o mundo, a qual um outro não pode substituir.”⁸⁹

Uma situação de interlocução no discurso é uma situação de ação, pois a linguagem se inscreve no mesmo plano da ação.⁹⁰ Podemos dizer, por extensão, que a ação é locucionária, ilocucionária, perlocucionária e interlocucionária:

“o ato locucionário é a própria operação predicativa: dizer alguma coisa sobre alguma coisa. Não é indiferente que a nomeação do ato não seja reservada no nível ilocucionário mas seja já aplicada no plano locutório; assim ressaltamos que não são os enunciados que referem mas os locutores que fazem referência: não são também os enunciados que têm um sentido ou significam, mas são os locutores que querem dizer isto ou aquilo, que entendem uma expressão neste ou naquele sentido. Dessa forma, o ato ilocucionário articula-se sobre um ato mais fundamental, o ato predicativo. Quanto a ele, o ato locutório consiste, como seu nome indica, no tocante ao que o orador faz, falando: esse fazer exprime-se na ‘força’ em virtude da qual, segundo o caso, a enunciação ‘conta como’ constatação, comando, conselho, promessa etc. A noção de força ilocutória permite assim generalizar acima dos performativos propriamente ditos a implicação do fazer no dizer: nos próprios constatativos, está incluso um fazer que permanece quase sempre não-dito mas que podemos explicitar fazendo proceder o enunciado de um prefixo da forma ‘eu afirmo que’ comparável a ‘eu prometo que’, forma na qual toda a promessa pode ser reescrita ... Em suma, enunciação igual a interlocução ... A teoria dos atos de discurso apenas nos dá a esse respeito o esqueleto dialógico das trocas interpessoais altamente diversificadas.”⁹¹

⁸⁸ SA, p. 55.

⁸⁹ Idem, p. 64.

⁹⁰ Ibidem, p. 58.

⁹¹ Ibidem, pp. 58–59.

Há, portanto, uma articulação dialética entre a linguagem como discurso e a linguagem como ação. A ação intencional se significa na linguagem e postula, portanto, uma relação recíproca, mediada por atos de fala, dita no discurso, vivida na ação concreta. Ser-no-mundo como auto-expressão implica necessariamente a forma do ser-com-o-outro, que é justamente a forma da relação intersubjetiva. O sentido que é expresso dirige-se a uma outra pessoa que o possa captar. Não se dialoga com objetos. O diálogo é uma relação específica entre sujeitos, no qual o mundo é mediação necessária para que a comunicação intersubjetiva se estabeleça, e nela se teçam relações propriamente humanas. Os sujeitos encontram-se situados numa relação entre sujeitos, dando sentido a sua situação intersubjetiva no mundo, estabelecendo entre si uma forma histórica de comunicação (em sua técnica, em sua ciência, em suas instituições, em sua arte...) e, portanto, existindo historicamente.⁹² Assim pode-se afirmar que a linguagem como ação é a dialética de sentido e da referência do agir entre sujeitos.

3.2.2.

O fenômeno das ações como tramas: relações de intersignificação

As ações formam uma rede de intersignificações entre os sujeitos implicados. A linguagem como ação é uma dialética de sentido e referência: a própria linguagem como discurso é uma práxis e toda práxis tem uma significação, é social e referencia algo.⁹³ Enquanto fato, a ação tem conteúdo proposicional, intencionalidade, sentido, referência. Uma ação é, portanto, um fenômeno social – *nosso atos nos escapam e têm efeitos que não tínhamos visado*.⁹⁴ É por isso que as ações sedimentam-se, podem tornar-se instituições e podem ser historicizadas, memoradas, atualizadas em situações diferentes, em condições sociais adversas, em contextos culturais diversos. A tecnociência, por exemplo, impôs novas formas do existir humano a todos os níveis da relação

⁹² SEVERINO, Eduardo Roberto. *Acerca do paradoxo da relação intersubjetiva*. Belo Horizonte: 2004, 38p. Monografia (*Bacharelado em Filosofia*) - Faculdade de Filosofia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus.

⁹³ RICOEUR, Paul. *La semantique de l'action*. Direção de Dorian Tiffeneau. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977, pp. 128. Essa dialética da ação como sentido e referência se impõe pelo corpo próprio. Estamos no mundo pelo corpo próprio em níveis espaço-tempo físico-biológico, espaço-tempo psíquico, espaço-tempo social, espaço-tempo cultural.

⁹⁴ DA, p. 195.

intersubjetiva e seu predomínio confluiu para desenhar uma pluralidade de perfis e relações intersubjetivas, como se percebe na internet. Daí brotam atos expressivos da relação intersubjetiva, seja como palavra, seja como práxis. Graças aos fenômenos social, cultural e histórico da ação, estabelecem-se jogos de linguagem, tais como circunstâncias, intenções, motivos, deliberações, moção voluntária ou involuntária, passividade, constrangimento, resultados desejados etc, numa relação de dependência e intersignificação:

“relações de intersignificação regem assim seu respectivo sentido, de tal modo que saber servir-se de um dentre eles é saber servir-se de maneira significativa e apropriada da rede inteira. Trata-se de um jogo de linguagem coerente, no qual as regras que governam o emprego de um termo formam sistema com as que governam o emprego de um outro termo.”⁹⁵

Essa rede de intersignificação é considerada por Paul Ricoeur como traços estruturais das relações entre agentes. No modelo de tríplice *mimesis*, é a primeira ancoragem do campo prático para uma composição textual:

“a inteligibilidade engendrada pela tessitura da intriga encontra um primeiro ancoradouro na nossa competência de utilizar de modo significativo a trama conceitual que distingue estruturalmente o campo da ação do campo do movimento físico. Digo a trama conceitual de preferência ao conceito da ação, para sublinhar o fato de que o próprio termo ação, tomando no sentido estrito daquilo que alguém faz, extrai sua significação distinta de sua capacidade de ser utilizado em conjunção com qualquer um dos outros termos da trama inteira. As ações implicam fins, cuja antecipação não se confunde com algum resultado previsto ou predito, mas compromete aquele do qual a ação depende. As ações, ademais, remetem a motivos que explicam porque alguém faz ou fez algo, de um modo que distinguimos claramente daquele em que um evento físico conduz a um outro evento físico. As ações têm ainda agentes que fazem e podem fazer coisas que são tidas como sua obra ou, como se diz em francês, como seu feito: em consequência, esses agentes podem ser tidos como responsáveis por certas consequências de suas ações. Na trama, a regressão infinita aberta pela questão ‘por quê?’ não é incompatível com a regressão finita aberta pela questão ‘quem?’. Identificar um agente e reconhecer-lhe motivos são operações complementares. Compreendemos também que esses agentes agem e sofrem em circunstâncias que não produziram e que contudo pertencem ao campo prático, precisamente enquanto circunscrevem sua intervenção de agentes históricos no curso dos eventos físicos e oferecem à sua ação ocasiões favoráveis ou desfavoráveis. Essa intervenção, por sua vez, implica que agir é fazer coincidir o que um agente pode fazer(...) e o que ele sabe, em observação, o que é capaz de fazer, com o estágio inicial de um sistema físico fechado. Ademais, agir é sempre agir ‘com’ outros: a interação pode assumir a forma de cooperação, da competição ou da luta. As contingências, por seu caráter de ajuda ou de

⁹⁵ SA, p. 75.

*adversidade. Enfim, o resultado da ação pode ser uma mudança de sorte em direção à felicidade ou ao infortúnio.*⁹⁶

Os conceitos postos em jogo pela ação se encontram circunscritos numa relação de interação locutiva, ilocutiva, perlocutiva e ética, deveras; porém, a discursividade da ação não se esgota nos conceitos. A segunda ancoragem do campo prático para uma composição textual são os recursos simbólicos. A ação pode ser narrada porque já está articulada em signos, regras, normas. Segundo Paul Ricoeur, não há ação humana que não seja articulada, mediatizada, interpretada por símbolos, que a constitui e a representa.⁹⁷

A mediação simbólica constituinte diz respeito à referência sociológica e cultural da práxis. Por exemplo, um gesto de saudação, uma manifestação de protesto, uma celebração civil apresentam uma textura social e cultural da práxis: *“compreender um rito é situá-lo num ritual, este num culto e, pouco a pouco, no conjunto de convenções, de crenças e das instituições que formam a trama simbólica da cultura.”*⁹⁸ Essa textura social e cultural se torna simbolismo representativo, ou seja, se autonomiza, se sedimenta, se institucionaliza no imaginário social e cultural.⁹⁹ Esse simbolismo representativo comanda quais aspectos do fazer, do poder-fazer e do saber-poder-fazer.¹⁰⁰

A terceira ancoragem do campo prático para uma composição textual são os caracteres temporais, já implícitos na compreensão da trama conceitual da ação e de suas mediações simbólicas.¹⁰¹ O interesse de Paul Ricoeur é na maneira pela qual a práxis cotidiana ordena a experiência humana do tempo:

*“eu tenho a temporalidade como a estrutura da existência – dizemos a forma de vida – que vem à linguagem na narratividade, e a narratividade pela estrutura da língua – dizemos o jogo de linguagem – que tem por referente último a temporalidade.”*¹⁰²

⁹⁶ *TN I*, pp. 88–89.

⁹⁷ RICOEUR, Paul. *La structure symbolique de l'action*. Lille: Secrétariat CISR - Conférence Internationale de sociologie des religions, 1977, p. 31.

⁹⁸ *TN I*, p. 92.

⁹⁹ *DA*, pp. 213–235.

¹⁰⁰ *TN I*, p. 91.

¹⁰¹ *Idem*, p. 95.

¹⁰² RICOEUR, Paul. *La fonction narrative et l'expérience humaine du temps*. *Archivio di Filosofia* 80, 1980, n.º 1, p. 343: *“Je tiens la temporalité pour la structure d'existence – disons la forme de vie – qui vient au langage dans la narrativité, et la narrativité pour la structure de langage – disons le jeu de langage – qui a pour référent ultime la temporalité.”*

Trata-se, portanto, da experiência ordinária do tempo, sobre a qual se ergue a configuração textual.

É possível identificar, pois, esses traços estruturais, bem como traços simbólicos e temporais no modo de ser-com-os-outros no mundo em diversos níveis do existir interpessoal, intracomunitário, societário e intracultural. A passagem da familiaridade da trama da ação (ordem paradigmática), simbolicamente mediatizada por signos, regras, normas, ritos, instituições, para a configuração textual (ordem sintagmática) acontece graças à compreensão dos jogos de linguagem (nomeada de compreensão prática ou inteligência prática¹⁰³). A configuração textual encontra, pois, sua ancoragem na trama conceitual da ação, nos recursos simbólicos e temporais.

Na trama conceitual, os traços estruturais são os traços da práxis: as ações implicam fins, as ações remetem a motivos, as ações têm agentes, os agentes agem e sofrem em circunstâncias do campo prático, os agentes interagem com outros agentes, as interações levam a resultados. Na conferência “*O discurso da ação*”, na qual Paul Ricoeur explora a contribuição da linguagem à filosofia da ação, o dizer do fazer é considerado em três níveis: no nível dos conceitos primários da ação; no nível das proposições, em que a própria ação vem enunciar-se; no nível dos argumentos, em que se articulam estratégias de ação. No nível dos conceitos, a análise descritiva diz respeito às categorias sem as quais seria impossível dar à ação o seu sentido de ação. O ponto de partida é a observação da linguagem ordinária: o que se diz quando se enuncia de modo compreensivo para outrem o que se fez, por que se fez, o que leva a agir assim, como e com que meios se fez e com que objetivo se fez.¹⁰⁴ Categorias como intenção, fim, razão de agir, motivo, desejo, preferência, escolha, agente, responsabilidade e outras são elaboradas a partir de nossa observação dos atos de discurso no qual se diz o que se faz. No nível das proposições, a análise descritiva diz respeito à reflexão sobre a forma lógica dos enunciados acerca da ação. Os conceitos se encontram inseridos numa dialética de sentido e referência da ação: “*a linguagem da ação faz sentido numa situação que não é de observação, mas precisamente enquanto informa o próprio agir no processo de transação que decorre de agente para*

¹⁰³ *TNI*, pp. 89 -90; *DA*, pp. 185–212.

¹⁰⁴ *DAA*, p. 12.

agente.”¹⁰⁵ No nível dos argumentos, a análise descritiva diz respeito à estratégia da ação. Uma ação é discursiva, ou seja, uma ação apresenta-se como uma cadeia, encadeada, concatenada: o que, o por que, o quem, o como, o com ou contra quem da ação estão numa relação de intersignificação. Dominar essa trama conceitual, proposicional e discursiva em seu conjunto e cada termo na qualidade de membro do conjunto é ter uma compreensão prática do modo como nossa ação é articulada dialeticamente.¹⁰⁶

Essa compreensão da práxis, bem como as mediações simbólicas (leis, regras, normas, instituições, tradição e outras), estão pressupostas na configuração textual.¹⁰⁷ Segundo Paul Ricoeur,

*“imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e ao leitor, que se ergue a tessitura da intriga.”*¹⁰⁸

Embora tenhamos abordado analiticamente a fenomenologia do dizer e a fenomenologia da práxis, a experiência vivida do discurso e da práxis são indissociáveis. Isso é, a nosso ver, o que Paul Ricoeur deixa entrever quando diz que a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação.

Apresentando a indissociabilidade da relação entre discurso e práxis, chegamos ao final de nossa primeira tarefa. Nossa próxima incumbência será responder pelas condições de possibilidade de uma composição textual.

3.3. A linguagem como escritura

A questão *se a linguagem não fosse fundamentalmente referencial, seria ou poderia ela ser significativa?* fez-nos investigar qual é o critério último da linguagem como atos de discurso e como práxis. A compreensão desta questão levou-nos à compreensão progressiva de que os atos de discurso e de práxis como

¹⁰⁵ Idem, p. 16.

¹⁰⁶ *TN I*, p. 89.

¹⁰⁷ RICOEUR, *La structure symbolique de l'action*, pp. 29–50.

evento e do significado como sentido e referência. Essa síntese constitui a unidade dialética do evento e da significação e a unidade dialética do sentido e da referência dos atos de discurso e da práxis.¹⁰⁹

A linguagem como atos de discurso é um *medium* no qual e pelo qual nossa práxis acontece em sua semântica, em sua simbólica e em sua temporalidade. É sobre essa experiência fundante, chamada por Paul Ricoeur de pré-compreensão do mundo e da ação, de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal, que se ergue a composição textual.¹¹⁰ Assim como a linguagem como atos de discurso e como práxis, a linguagem como escritura é *medium* de nossa experiência fundante.

Nesta terceira parte do presente capítulo, objetiva-se responder sobre condições de possibilidade de uma configuração textual, visto que nos ajudará na compreensão do estudo da configuração textual da narrativa histórica (quarto capítulo) e do estudo de uma narrativa historiográfica literária (quinto capítulo). Todavia, esta parte se apresenta como prolegômeno aos capítulos seguintes. Nossa tarefa será apresentar os fenômenos da linguagem como escritura, enquanto passagem do paradigmático ao sintagmático, e corroborar o caráter de mediação de uma configuração textual. Explicitemos, pois, primeiro, os fenômenos da transição da fala para a escrita, ou seja, alterações que afetam os atos de discurso quando o discurso é escrito; em seguida, o fenômeno da escritura como mediação; e, finalmente, o fenômeno da interpretação.

3.3.1. Os fenômenos da escritura como atos de discurso

No ensaio *Writing as a problem for Literary Criticism and Philosophical Hermeneutics* (1977)¹¹¹, Paul Ricoeur mostra que a transição da fala para a escrita tem suas condições de possibilidade na teoria da linguagem como discurso. Trata-se de que a dialética do sentido e da referência se torna explícita pela escrita, mesmo com a amplitude das mudanças que afetam o discurso quando já não é

¹⁰⁸ Idem, p. 101.

¹⁰⁹ *TI*, pp. 57–81.

¹¹⁰ Idem, p. 101.

falado mas escrito. Paul Ricoeur nomeia essas alterações de o fenômeno da fixação, o fenômeno da autonomia semântica do texto (do significado autoral), o fenômeno da dialética do endereço, o fenômeno dos expedientes generativos (as obras do discurso) e o fenômeno da dialética do sentido e de referência de segunda ordem.

3.3.1.1. O fenômeno da fixação

A primeira mudança diz respeito ao fato de que os atos de discurso são confiados à *littera*¹¹². É uma mudança central, pois a inscrição substitui a expressão vocal imediata, fisionômica ou gestual. Essa mudança diz respeito à dialética do evento e da significação. O evento aparece e desaparece. O que se fixa, se inscreve, é o sentido do discurso e não a linguagem como *langue*:

“é só por extensão que fixamos por inscrição o alfabeto, o léxico e a gramática, que, na sua totalidade, estão a serviço daquilo que unicamente se pode fixar: o discurso. O sistema atemporal da língua não aparece nem desaparece,

¹¹¹ RICOEUR, Paul. *Writing as a Problem for Literary Criticism and Philosophy Hermeneutics*. *Philosophic Exchange* 2, 1977, n. 3, pp. 3–15.

¹¹² ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, pp. 528–529: A palavra *littera* tem como equivalente o grego. É uma “tradução do sentido” da palavra grega *grámma*, letra, grafema. O coletivo *litterae*, como *grámmata*, designa uma carta (*espistula* > espístola), e, depois, qualquer tipo de obra escrita, e, em seguida, a literatura. Em latim, *littera*, -ae, substantivo feminino, quando empregado com idéia ou sentido de singular, designa a letra ou grafema do alfabeto ou abecedário. Ainda no singular, pode designar a letra (maneira de escrever) de alguém. Também no singular, foi empregado para designar um epitáfio ou uma carta. Já no plural, *litterae*, -arum, designa um texto (carta, qualquer obra escrita, edito, um escrito, obra histórica ou literária). Daí também o plural designar literatura ou “belas letras” e, em sentido mais amplo ainda, cultura, instrução. A idéia distintiva entre o emprego do singular e do plural é sutil. Pragmaticamente, o sentido singular indica qualquer letra do alfabeto - *littera B*, “a letra B” -, mas na locução *litterarum ordine*, a palavra *littera* está flexionada no genitivo plural. A idéia é singular em virtude do substantivo nuclear da locução (*ordine*) estar flexionado no singular. A tradução literal seria “na ordem das letras”, isto é, “por ordem alfabética”. Já a pluralidade de letras comporia um escrito, compondo a idéia plural, um quadro semântico mais amplo, como atesta a frase *nescire litteras*, em que *litteras* é o acusativo plural, objeto direto do verbo *nescire*. Tradução literal = “não saber as letras”, com o que queriam significar “ser ignorante”, ou seja, não ter instrução. Um cognato de *littera* é o adjetivo *litteratus*, *litterata*, *litteratum*. O sentido primeiro desse adjetivo designaria algo marcado com letras e daí algo ou um escravo assinalado com estigma ou estigmatizado. Em um sentido menos referencial esse adjetivo designa a qualidade ou atributo de alguém instruído, sábio, culto. Só em quinta acepção, segundo o dicionário Latim-Português, foi empregado com o sentido de “literário”: do emprego do adjetivo surge o emprego substantivado de *litteratus*, -i, substantivo masculino, que designava o intérprete dos poetas; o crítico. Outro cognato de *littera* é o substantivo feminino *litteratura* que designava a ciência relativa às letras. A arte de escrever e de ler. Em segunda acepção, instrução; ciência; saber. Como expressão idiomática, o latim clássico empregava o substantivo masculino *litterator*, *litteratoris*, que designava um sábio, um homem com alguma instrução e ainda o mestre de gramática, o mestre escola.

*simplesmente não acontece. Só o discurso se deve fixar, porque enquanto evento o discurso esvanece-se.*¹¹³

A escrita fixa-se; portanto, não é o evento da fala que se inscreve, mas o “dito” da fala.¹¹⁴ O evento lingüístico foi considerado por nós como *atos de fala*, ou seja, como ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. Cada um, analiticamente, abre caminho à dialética do evento e da significação. Neste contexto, ou seja, nesta mudança de meio na qual o discurso é inscrito, há mutações: o ato locucionário exterioriza-se a si mesmo na frase. Sua estrutura interna pode identificar-se e reidentificar-se como sendo a mesma e pode inscrever-se e preservar-se; o ato ilocucionário, por um lado, pode exteriorizar-se graças aos paradigmas e procedimentos gramaticais expressivos, por outro lado, deve reconhecer-se que a força ilocucionária é menos inscritível, na medida em que a força ilocucionária depende da mímica e dos gestos e de aspectos não articulados do discurso (prosódia); o ato perlocucionário é o aspecto do discurso que menos se pode inscrever. O ato perlocucionário caracteriza a linguagem falada mais do que o faz a linguagem escrita.

Paul Ricoeur traça duas considerações a respeito da fixação dos atos de discurso. A primeira consideração diz respeito às mudanças sociais e políticas que se podem relacionar com a invenção da escrita. A possibilidade de fixar na escrita o discurso humano afetou profundamente a comunicação. Por exemplo, vêem-se seus efeitos na política, na economia, no direito, na história: a possibilidade de transmitir ordens através de longas distâncias sem sérias distorções implicou mudanças políticas; da fixação de regras de cálculo nasceram relações de mercado e posteriormente a economia; com a fixação do direito enquanto padrão de decisões independentes da opinião do juiz concreto, surgem os códigos jurídicos; com a constituição dos arquivos, surge a história. A segunda consideração diz respeito ao destino do discurso, que é confiado à *littera*, não à *vox*.

¹¹³ *TI*, p. 38.

¹¹⁴ *Idem*, p. 39: “o que escrevemos, o que inscrevemos é o noema do acto de falar, a significação do evento lingüístico, e não o evento enquanto evento.”

3.3.1.2. O fenômeno da autonomia semântica do texto

A relação face a face é substituída pela relação leitura - escrita, como resultado da inscrição do discurso como *littera*. Segundo Paul Ricoeur, a situação dialógica foi destruída.¹¹⁵ No discurso falado, a capacidade de referir-se ao sujeito falante pelos atos de discurso apresenta um caráter de imediatidade. O locutor pertence à situação de interlocução: “*a intenção subjetiva do locutor e a significação do discurso sobrepõem-se um ao outro de tal modo que é a mesma coisa entender o que o locutor pretende dizer e o que seu discurso significa.*”¹¹⁶ No discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. Com a fixação do discurso oral, há a dissociação imediata da significação verbal do texto e a intenção mental do autor. A fixação do discurso torna-se sinônimo de autonomia semântica do texto. Autonomia semântica do texto é, para Paul Ricoeur, resultado da desconexão da intenção mental do autor ao significado verbal do texto, ou seja, é resultado da desconexão da relação entre o que o autor quis dizer e o que o texto significa. Isso não significa, para Paul Ricoeur, “*a falácia da hipostasiação do texto como uma entidade sem autor.*”¹¹⁷ Uma concepção não dialética incorreria opor psicologia do autor e despsicologia do autor.¹¹⁸ Autonomia semântica do texto significa que o significado autoral torna-se justamente uma dimensão do texto, na medida em que o autor não está disponível para ser interrogado. Segundo Paul Ricoeur, “*quando o texto já não responde, então tem um autor, e não já um locutor.*”¹¹⁹

Fixado pela escrita, o discurso textual produz uma dupla ocultação: a ocultação do leitor e ocultação do escritor. Ora, a inscrição pela escrita do discurso arrasta uma verdadeira transformação, tanto nas relações entre a

¹¹⁵ Ibidem, p. 41.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem, p. 42.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem. Paul Ricoeur chama a isso de falácia: “*por um lado, teríamos o que W. K. Wimsatt chama a falácia intencional, que sustenta a intenção do autor como o critério para qualquer interpretação válida do texto. E, por outro, o que eu chamaria, de um modo simétrico, a falácia do texto absoluto: a falácia da hipostasiação do texto como uma entidade sem autor. Se a falácia intencional passa por alto a autonomia semântica do texto, a falácia contrária esquece que num texto permanece um discurso dito por alguém, dito por alguém a mais alguém acerca de alguma coisa. É impossível eliminar de todo esta característica principal do discurso, sem reduzir os textos a objetos naturais, isto é, a coisas que não são feitas pelo homem, mas que, como calhaus, se encontram na areia.*”

linguagem e o mundo como na relação entre a linguagem e o autor implicado e o leitor real. Primeiro, porque não é uma relação de interlocução, não é um caso de diálogo, e, no entanto, há significação; segundo, atinge a referencialidade dos atos de discurso. Na fala, o sujeito do discurso diz algo sobre alguma coisa e isso de que fala é o referente de seu discurso. Na troca de palavras, os locutores estão presentes e numa situação circunstancial do discurso familiar. Segundo Paul Ricoeur, “o remeter para a realidade é, finalmente, remeter para esta realidade que pode ser mostrada ‘em torno’ dos locutores, ‘em torno’, se se pode dizer, da própria instância de discurso.”¹²⁰ No discurso fixado pela escrita, o diálogo é interrompido e o movimento da referência é interceptado (mas não suprimido). Essa é a transformação que afeta o próprio discurso. A ocultação do interlocutor e ocultação da realidade circunstancial indicada pela fala viva criam a autonomia semântica do texto e o mundo do texto. Nesse sentido, fala-se autor implicado e não de locutor; fala-se de mundo do texto e não de realidade, no sentido de uma realidade circunstancial. O texto não é, todavia, sem referência:

“assim, falamos do mundo grego, do mundo bizantino. Esse mundo podemos dizê-lo imaginário, no sentido de que ele é presentificado pelo escrito, no próprio lugar em que o mundo era apresentado pela fala; mas este imaginário é, ele próprio, uma criação da literatura, é um imaginário literário.”¹²¹

No discurso como obra, de um lado, o indivíduo é inapreensível teoricamente, de outro lado, o indivíduo pode ser reconhecido pelo estatuto novo. Quando o discurso se torna uma obra, o indivíduo recebe um estatuto novo, o autor. A noção de autor aparece como correlato da individualidade da obra.¹²²

3.3.1.3. O fenômeno da dialética do endereço

Outra mudança do discurso confiado à *littera* é o fenômeno da dialética do endereço. Assim como a relação da mensagem textual com o autor, a relação da mensagem textual com o leitor é complexa. Enquanto o discurso falado se dirige a

¹²⁰ DA, p. 144.

¹²¹ Idem, p. 145.

¹²² II, p. 51: “a este respeito, o modelo do artesão é particularmente instrutivo (a estampilha do móvel no século XVIII, a assinatura do artista, etc.). Com efeito, a noção de autor, que aqui vem qualifica a de sujeito falante, aparece como o correlato da individualidade da obra.”

alguém que é previamente determinado pela situação dialógica, o discurso escrito dirige-se a um leitor desconhecido e, potencialmente, a quem quer que saiba ler. Há, portanto, uma universalização do auditório, que, segundo Paul Ricoeur, é um dos efeitos mais notáveis da escrita e pode expressar-se em termos de um paradoxo.¹²³ Paradoxo porque a universalização do auditório é só potencial. O fato de o discurso estar fixado, inscrito, torna-o, por um lado, espiritual. Espiritual significa, aqui, que é “*libertado da estreiteza da situação face a face*”¹²⁴; por outro lado, a leitura é um fenômeno social, obedece a certos padrões e sofre de limitações específicas: “*um livro dirige-se apenas a uma secção de público e alcança os seus leitores apropriados através de meios que, em si mesmos, estão submetidos a leis sociais de exclusão e de admissão.*”¹²⁵ Uma obra cria, pois, o seu público, alarga assim o círculo da comunicação e inicia novos modos de comunicação. Nesse sentido, o reconhecimento da obra pela audiência por ela criada é um evento imprevisível.¹²⁶

Esse fenômeno da escritura revela-se, para Paul Ricoeur, como dialética do endereço. A dialética do endereço é universal e contingente: universal, visto que, libertada da estreiteza da situação face a face e alargada no círculo de comunicação, inicia novos modos de comunicação e é de alcance imprevisível; contingente, enquanto submetida a leis sociais de exclusão e admissão. É a autonomia semântica do texto que abre o âmbito de leitores potenciais e cria o auditório que torna o texto importante e significativo. Segundo Paul Ricoeur, “*faz parte da significação de um texto estar aberto a um número indefinido de leitores e, por conseguinte, de interpretações. Esta oportunidade de múltiplas leituras é a contrapartida dialética da autonomia semântica do texto.*”¹²⁷

3.3.1.4.

O fenômeno dos expedientes generativos: as obras do discurso

O discurso escrito é mediado por códigos discursivos, que por sua vez são mediados por códigos fonológicos, lexicais e sintáticos, que regulam as unidades

¹²³ *TI*, p. 42.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 43.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *TI*, p. 43.

do discurso, as frases.¹²⁸ Os códigos discursivos literários são chamados por Paul Ricoeur de expedientes generativos. Os expedientes generativos são os gêneros literários, cuja função é produzir o discurso, quer como poema, quer como narrativa, quer como ensaio e outros. Os expedientes generativos, ou seja, os gêneros literários são novas entidades de linguagem, mais longas do que a frase, totalidades orgânicas irredutíveis à simples adição de frases:

“um poema, uma narrativa ou um ensaio apóia-se em leis de composição que, em princípio, são indiferentes à oposição entre a fala e a escrita. Provêm da aplicação de formas dinâmicas a conjuntos de frases, para os quais a diferença entre a linguagem oral e escrita é inessencial.”¹²⁹

Os atos de discurso são submetidos às regras de uma espécie de artesanato, que, segundo Paul Ricoeur, permite falar de produção e de obras de arte, e, por extensão, de obras do discurso escrito. Os expedientes generativos, chamados gêneros literários, são as regras técnicas que presidem à sua produção, e o estilo de uma obra é a configuração individual. Poemas, narrativas, ensaios são essas obras do discurso.

As obras do discurso são submetidas às regras técnicas que presidem à sua produção. Quando o discurso é moldado em regras técnicas próprias dos expedientes generativos, o discurso é tratado como uma matéria a ser moldada. Existe produção quando uma forma (expediente generativo) se aplica a alguma matéria (discurso) de modo a configurá-la. Segundo Paul Ricoeur, é aqui que interfere a escrita: a linguagem como atos de discurso é inscrita como obras de produção; a linguagem como atos de discurso é feita de um artesanato específico;

¹²⁸ O sentido dado a gêneros por Paul Ricoeur é distinto de muitas análises sobre o mesmo tópico. Muitos estudiosos, críticos literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, especialistas em tradução automática, lingüistas computacionais, analistas do discurso, professores de língua, publicitários, jornalistas e especialistas em comunicação empresarial tratam sobre gêneros de pontos de vista os mais distintos – abordagens sociológicas, psicológicas, arquetípicas, fenomenológicas e outras, como por exemplo, abordagens sócio-semióticas, sócio-retóricas e sócio-discursivas. Ver D’ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto – Prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1999; EAGLETON. *Teoria da literatura – uma introdução*; MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, 2.^a edição, pp. 19–36; MEURER, J. L., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros - teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

¹²⁹ *TI*, p. 44.

a linguagem como atos de discurso é inscrita com a textura própria das obras geradas pelas regras produtivas de composição textual.

Há, portanto, uma afinidade específica entre a escritura e os códigos específicos que geram as obras do discurso. A linguagem como atos de discurso pode ser escritura, que pode ser escritura literária:

“esta afinidade é tão íntima que poderíamos ser tentados a afirmar que até as expressões orais das composições poéticas ou narrativas se fundam em processos equivalentes à escrita. A memorização dos poemas épicos, de canções líricas, de parábolas e provérbios e a sua recitação ritual tendem a fixar e até a congelar a forma de obra de um modo tal que a memória aparece como um suporte de uma inscrição semelhante à que é fornecida pelas marcas externas.”¹³⁰

Uma obra literária é o resultado de um trabalho que organiza os atos de discurso. A linguagem como atos de discurso torna-se a linguagem como obras do discurso: *“ao trabalhar o discurso, o homem opera a determinação prática de uma categoria de indivíduos: as obras do discurso.”¹³¹*

3.3.1.5. O fenômeno da dialética de segunda ordem

Trata-se do fenômeno da dialética do sentido e da referência no discurso como escritura. Convém-nos, preliminarmente, ter presente a conclusão a que chegamos no postulado da referência enquanto postulado da semântica – denotação de primeira ordem do discurso.¹³²

Conforme explicitamos na análise fenomenológica do dizer, a linguagem como discurso mostra-se como um *médium*, pelo qual nós nos exprimimos: apresenta-se algo do mundo, cria-se uma relação intersubjetiva e exprime-se uma

¹³⁰ Idem, p. 45, 49–50. Propõem-se três traços da noção de obra: obra como composição; obra como pertencente a um gênero; obra como estilo individual. Uma obra como composição se caracteriza por uma seqüência mais longa que a frase; uma obra como pertencente a um gênero se caracteriza por uma forma de codificação que se aplica à própria composição e faz com que o discurso seja um relato ou um poema ou um ensaio, etc.; uma obra como estilo individual se caracteriza por uma obra que recebe uma configuração única, que a assimila a um indivíduo e a um estilo. A própria palavra obra revela a natureza dessas categorias – composição, pertença a um gênero e estilo individual. São categorias da produção e do trabalho: *“impor uma forma à matéria, submeter a produção a gêneros, enfim, produzir um indivíduo, eis outras tantas maneiras de considerar a linguagem como um material a ser trabalhado e a ser formado. Dessa forma, o discurso se torna o objeto de uma práxis e de uma techné.”*(pp. 49 –50)

¹³¹ Ibidem, p. 50.

¹³² Ver 3.1.2. Unidade dialética do sentido e da referência nos atos de discurso.

intenção dos sujeitos.¹³³ Tendo presente essa conclusão, podemos tratar o fenômeno da dialética de segunda, ou, em outros termos, o que acontece com a dialética do sentido e da referência no discurso como *littera*? Ora, se na linguagem como atos de discurso, todas as referências na situação dialógica são, por conseqüência, situacionais (espaço-temporais), na linguagem como escritura aparece um hiato entre a identificação e a mostraçãO. O caráter ostensivo da referência é alterado: a ausência de uma situação comum gerada pela distância espacial e temporal entre o escritor e o leitor, o cancelamento do aqui e agora pela substituição das marcas externas materiais, o cancelamento do corpo próprio, a autonomia semântica do texto que o separa do presente do escritor e o abre a um âmbito indefinido de leitores potenciais num tempo indeterminado ratificam o caráter não-ostensivo da referência.¹³⁴ Um dos efeitos dessa mudança é a concepção de realidade aplicado ao passado:

“dizer que determinado acontecimento relatado pelo historiador pôde ser observado por testemunhas do passado não resolve nada: o enigma da passadidade é simplesmente transferido do acontecimento relatado à testemunha que o relata. O ter-sido é problemático, na medida exata em que não é observável, quer se trate do ter-sido do acontecimento, quer se trate do ter-sido do testemunho. A passadidade de uma observação no passado não é ela própria observável, mas memorável. Para resolver esse enigma é que elaboramos a noção de representância ou lugar-tenência, querendo dizer com isso que as construções da história têm a ambição de ser reconstruções que respondem à demanda de um face-a-face.”¹³⁵

Paul Ricoeur não nega que alguns textos reestruturam a referência ostensiva para os seus leitores. Por exemplo, cartas, relatos de viagens, descrições geográficas, diários, monografias históricas e outras descrições da realidade. Isso é possível graças aos procedimentos ordinários da identificação singular e graças à rede espaço-temporal única a que, em última análise, pertencem o escritor e o leitor e que ambos reconhecem.¹³⁶ Todavia, o hiato entre a identificação e a

¹³³ Ver nota 83.

¹³⁴ *CI*, pp. 55–68; *DA*, pp. 83–122, 185–212; RICOEUR, Paul. *Événement et sens dans le discours*. In M. Philibert (ed). *Paul Ricoeur ou la liberté selon l’espérance*. Paris: Seghers, 1971, pp. 177–187; _____. *Discours et communication*. Conférence inaugurale au Congrès, 1971, publicado em *La communication*. Montreal: Montmorency, 1973, pp. 23–48; _____. *La métaphore et le problème central de l’herméneutique*. Louvain: Revue philosophique de Louvain, 1972, volume 5, pp. 93–115; _____. *Le temps raconté*. Paris: Revue de Métaphysique et de Morale, 1984, volume 4, pp. 436–452;.

¹³⁵ *TN III*, p. 274.

¹³⁶ *TN II*, p. 88.

mostração, ou seja, a ausência do caráter ostensivo da referência figura o fenômeno da dialética de segunda ordem. Esse fenômeno caracteriza-se pela extensão do alcance da referência para além dos limites estreitos da situação dialógica e pela extensão do alcance da referência para referências não-ostensivas. Uma primeira extensão concerne ao fato de que a linguagem como escritura estende o alcance da referência para além dos limites estreitos da situação dialógica. Segundo Paul Ricoeur, “*graças à escrita, o homem e só o homem tem um mundo e não apenas uma situação.*”¹³⁷ Abre-se o mundo para o leitor. Do mesmo modo que o texto liberta a sua significação da tutela da intenção mental do autor pela autonomia semântica do texto, liberta também a sua referência dos limites da referência situacional. O homem tem um mundo. O mundo é o conjunto das referências abertas pelos textos. Paul Ricoeur exemplifica: “*é nesse sentido que podemos falar do ‘mundo grego’; já não é imaginar o que eram as situações para os que lá viviam, mas designar as referências não situacionais exibidas pelos relatos descritos da realidade.*”¹³⁸ Uma segunda extensão promana de discursos literários. Isso se pode ver nos relatos que não são relatos descritivos, ou seja, nas narrativas ficcionais:

*“nas narrativas que não são relatos descritivos, onde um tempo narrativo, expresso pelos tempos específicos dos verbos, é exibido pela e dentro da narrativa sem qualquer conexão com a rede única do espaço e do tempo, comum à descrição ostensiva e não ostensiva.”*¹³⁹

O nosso último parágrafo poderia levar-nos a abolir a referência de textos não-descritivos. Porém, para Paul Ricoeur, o discurso não pode deixar de ser acerca de alguma coisa; logo, nem mesmo o discurso em narrativas históricas e/ou ficcionais pode deixar de ser acerca de alguma coisa. Os textos poéticos falam acerca do mundo, mas não de um modo descritivo. A referência não é abolida; a referência é cindida:

“o apagamento da referência ostensiva e descritiva liberta um poder de referência para aspectos do nosso ser-no-mundo que não se podem dizer de um

¹³⁷ *TI*, p. 47.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Ibidem*, p. 48.

modo descritivo direto, mas só por alusão, graças aos valores referênciais das expressões metafóricas e, em geral, simbólicas.”¹⁴⁰

Alarga-se com isso uma concepção de mundo. Mundo do texto, para Paul Ricoeur, é o conjunto das referências desvendadas por um tipo de texto, descritivo ou poético. Esse alargamento da concepção de mundo é condição de possibilidade para falar das referências descortinadas pelo texto ou do mundo aberto pelas exigências referênciais de muitos textos.

Chegamos ao termo dos fenômenos da inscrição dos atos de discurso. Devemos, pois, explicitar, em seguida, o fenômeno da escritura como mediação, e, finalmente, o fenômeno da interpretação.

3.3.2.

O fenômeno de mediação de uma configuração textual

A configuração textual é todo o discurso fixado pela escrita. A fixação pela escrita é, logo, constitutiva do próprio texto. É o discurso que é fixado pela escrita.¹⁴¹ A configuração textual é tomada por Paul Ricoeur como paradigma da distanciação na comunicação: o texto revela que a historicidade da experiência humana é uma comunicação na distância e pela distância. Nesta passagem do paradigmático para o sintagmático, ou seja, na configuração textual, uma experiência humana se historiciza.

A configuração textual torna-se mediação, e, segundo Paul Ricoeur, por três motivos.¹⁴² Primeiro, porque faz mediação entre acontecimentos e história narrada. A configuração textual é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração. Segundo, porque a configuração textual é síntese de fatores heterogêneos: agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados e outros. Numa ordem sintagmática (gramática textual), aparecem componentes estruturais, traços simbólicos e temporais da pré-compreensão do mundo e da ação (dos atos de discurso e da práxis). A passagem do paradigmático ao sintagmático é a obra da atividade da configuração textual. Terceira, porque a

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem: “o texto é um discurso fixado pela escrita. O que é fixado pela escrita é, pois, um discurso.”

¹⁴² *TN I*, pp. 103–104.

composição textual é uma síntese do heterogêneo temporal. O ato de configuração textual combina duas dimensões – uma cronológica e outra não-cronológica:

“a primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante consiste em ‘considerar junto’ as ações de detalhe ou o que chamamos de os incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal.”¹⁴³

Todo discurso fixado pela escrita é uma configuração textual. Essa é constituída, como já dissemos anteriormente, por fenômenos da inscrição dos atos de discurso.

3.3.3.

O fenômeno da interpretação: a dialética da distanciação e da apropriação

O texto revela que a historicidade da experiência humana é uma comunicação na distância e pela distância. Na configuração textual, a experiência humana, individual e coletiva, se historiciza. Como ler, pois, um texto? A que realidade se refere um texto? Como compreender e explicar uma configuração textual?¹⁴⁴ Paul Ricoeur deparou-se com essas questões ao tratar da hermenêutica dos textos. Segundo ele, o problema central da hermenêutica é o problema da interpretação.¹⁴⁵ Trata-se do problema do sentido e da referência da escritura. Com a configuração textual, seja por meio da narrativa histórica, seja por meio da narrativa fictícia, há a suspensão do sentido e da referência da linguagem descritiva enquanto atos de discurso e há a entrada no reino do poder-ter-sido e do poder-ser. Como compreender, então, um texto mediante os fenômenos da escritura? Dadas as mudanças que ocorrem nos atos de discurso, quando já não é mais falado, mas fixado pela escritura, Paul Ricoeur propõe a dialética da distanciação e da apropriação. O papel da hermenêutica dos textos é acompanhar a

¹⁴³ Idem, p. 104.

¹⁴⁴ RICOEUR, Paul. *Como legere un texto*. In *La sfida semiologica*. Roma: Armando Armando, 1974, pp. 260–273; _____. *Éloge de la lecture et de l'écriture*. Études théologiques et religieuses, 1989, volume 3, pp. 395–405; _____. *Expliquer et comprendre – sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire*. Louvain: Revue Philosophique de Louvain. Tome 75, 1977, pp. 126–147.

¹⁴⁵ DA, p. 143; RICOEUR, *La métaphore et le problème central de l'herméneutique*, pp. 93-115.

atividade estruturante que parte da práxis, investe-se no texto e, graças à leitura privada e à recepção pública, retorna à práxis.¹⁴⁶

A passagem da composição textual para sua aplicação se dá pelo ato de leitura. A interpretação, cujo ponto de partida é a leitura, é um processo: primeiro, é a fase do distanciamento. Há a distância que constitui a objetivação de uma obra em texto. O leitor reconhece a escritura como um texto; segundo, é a fase do jogo entre mundo do texto (conjunto das referências abertas pelos textos) e mundo do leitor; terceiro, é a fase de apropriação. O texto torna-se, pois, um *medium* no qual nós podemos nos compreender.

A noção de interpretação é decisiva. A passagem da composição textual para a sua aplicação se dá pelo ato de leitura. Sendo assim, importa-nos depreender a leitura como mediação, a estrutura dialética da leitura no processo de interpretação e a dialética da comunicabilidade e da referência.

A leitura é o ponto de partida. De um lado, pela leitura, o leitor coloca-se no lugar do texto e na clausura do texto. O texto, nessa fase, não tem fora, não tem sentido nem referência, não visa ao mundo.¹⁴⁷ De outro lado, pela leitura, encadeia-se um discurso novo no discurso do texto. O leitor apropria-se de um sentido e de uma referência abertos a partir do texto, de uma proposta de mundo:

“os paradigmas recebidos estruturam as expectativas do leitor e o ajudam a reconhecer a regra forma, o gênero ou o tipo exemplificados pela história narrada. Fornecem linhas diretrizes para o encontro entre o texto e seu leitor. Em suma, são eles que regulam a capacidade da história de se deixar seguir. De um outro lado, é o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura.”¹⁴⁸

É no ato de ler que o destinatário joga com as coerções narrativas, efetuam os desvios; o texto comporta, pois, buracos, lacunas, zonas de indeterminação. O ato de ler retoma e conclui o ato de configuração.

O fenômeno de leitura é considerado em três momentos: o primeiro momento é o da estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor. Com a

¹⁴⁶ RICOEUR, *O texto como identidade dinâmica*, p. 129.

¹⁴⁷ É por isso que se pode explicar o texto pela estrutura interna (modelo estrutural), pois as estruturas internas de um texto oferecem organizações comparáveis às organizações de oralidades (que..., a quem..., que..., com quem...). Neste sentido, o fim da leitura é uma atitude explicativo-estrutural.

¹⁴⁸ *TNI*, pp. 117–118.

composição textual, o autor implicado comunica uma experiência. O que o leitor recebe é essa experiência, seu sentido e sua referência; o segundo momento é a inscrição dessa estratégia na configuração textual. O fenômeno de inscrição de uma tal experiência coloca o leitor numa situação de intersecção entre o mundo do texto – seu sentido e sua referência – e o mundo do leitor; o terceiro momento é a resposta do leitor, considerado quer como sujeito, quer como público receptor, ao conjunto das referências abertas pelo texto que foi interpretado. O postulado subjacente do fenômeno de leitura é de que o que é interpretado num texto já foi pré-significado no nível do agir humano e configurado numa narrativa.¹⁴⁹

Pela leitura, há a dialética entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Lembremo-nos de que, embora não haja uma situação ostensiva entre o escritor e o leitor, não há discurso sem sentido e sem referência. Interpretar um texto é explicitar o sentido e a referência expostos diante do texto.¹⁵⁰ Segundo Paul Ricoeur, “*o que se deve, de fato, interpretar num texto é uma proposta de mundo, de um mundo tal que eu possa habitar e nele projectar um dos meus possíveis mais próprios.*”¹⁵¹ Interpretar é, pois, abrir nossas possibilidades de viver a realidade cotidiana. Portanto, o texto tem sentido e referência e, pela leitura, se dá a dialética da distanciação e da apropriação:

*“a apropriação está dialeticamente ligada à objectivação característica da obra; ela passa por todas as objectivações estruturais do texto; exactamente na medida em que não responde ao autor, ela responde ao sentido; é talvez a este nível que a mediação operada pelo texto se deixa compreender melhor. Contrariamente à tradição do Cogito e à pretensão do sujeito de se conhecer a si mesmo por intuição imediata, é preciso dizer que nós apenas nos compreendemos pela grande digressão dos signos de humanidade depositados nas obras de cultura. Que saberíamos nós do amor e do ódio, dos sentimentos éticos e, em geral, de tudo aquilo a que nós chamamos o si, se isso não tivesse sido trazido à linguagem e articulado pela literatura?”*¹⁵²

Interpretar é, pois, uma conclusão concreta deste encadeamento, que é constante e aberto.¹⁵³ A interpretação é um processo dialético entre a distanciação

¹⁴⁹ Idem, pp. 123–124.

¹⁵⁰ DA, p. 121.

¹⁵¹ Idem, p. 122.

¹⁵² Ibidem, p. 123.

¹⁵³ TN I, pp. 110–117.

da escritura e sua apropriação pelo leitor.¹⁵⁴ A apropriação das referências abertas pelo texto (mundo do texto) está dialeticamente ligada à distanciação da escrita. Apropriação é compreensão pela distância e na distância das referências abertas pelo texto. Essa apropriação se dá num jogo dialético entre o mundo do texto e o mundo do leitor:

“aquilo de que eu, finalmente, me aproprio, é uma proposta do mundo; não está atrás do texto, como estaria uma intenção encoberta, mas diante dele como aquilo que a obra desenvolve, descobre, revela. A partir daí, compreender é compreender-se diante do texto”¹⁵⁵

O término do modelo da tríplice *mimesis* é a referência. O que é comunicado neste jogo entre o mundo da obra e o mundo do leitor é o mundo que ele projeta e que constitui seu horizonte.¹⁵⁶ Trata-se, pois, da dialética da narratividade e da referencialidade.¹⁵⁷ Nessa assertiva, pressupõem-se, primeiro, que em todo discurso há uma relação de sentido e horizonte:

“o acontecimento completo é não apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte.”¹⁵⁸

Toda referência (horizonte) é correferência: primeiro, o leitor recebe, por meio da obra, a experiência que o autor implicado faz chegar à linguagem como escritura; segundo, que o que é interpretado num texto é a proposta de um mundo no qual se poderia habitar e no qual se poderia projetar-se; terceiro, que, pela leitura, a trama de intersignificações configurada pela narrativa pode ser refigurada.¹⁵⁹ A comunicabilidade da obra pode remodelar a realidade.¹⁶⁰ Neste sentido, interpretação é aplicação.

¹⁵⁴ RICOEUR, Paul. *Appropriation*. In *Hermeneutics and the human sciences*. Traducción John B. Thompson, Cambridge University Press e Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1981, p. 185.

¹⁵⁵ *DA*, p. 124; *TN III*, pp. 277–314.

¹⁵⁶ *TN I*, p. 119.

¹⁵⁷ *Idem*, pp. 119–131.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 119.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 125–131.

¹⁶⁰ RICOEUR, *O texto como identidade dinâmica*, p. 129.

3.3.4. À guisa de conclusão capitular

Nossa tarefa foi, primeiro, apresentar a relação indissociável entre atos de discurso e práxis, enquanto se nos apresentam traços de nossa experiência cotidiana nos quais se enraíza uma composição textual; segundo, apresentar os fenômenos da escritura, bem como sinalizar seu caráter de mediação indireta entre atos do discurso e da práxis e escritura.¹⁶¹

Uma leitura atenta do percurso feito até o momento torna-se importante para compreendermos melhor o próximo capítulo. A historiografia é precedida pelos atos de discurso (A linguagem como atos de discurso), pelos traços estruturais, simbólicos e temporais da práxis (A linguagem como ação). O texto historiográfico é uma configuração textual, enraizada nesta experiência vivida. Enquanto tal, deriva-se indiretamente da práxis humana e carrega consigo os fenômenos que afetam uma composição textual (fixação, autonomia semântica, auditório universal, gêneros literários, sentido e referência, mediação, interpretação). A derivação é indireta, visto que é precedida pela experiência vivida; porém, a composição textual cinde seu sentido e sua referência. Trata-se da passagem do paradigmático (experiência humana) para o sintagmático (gramática textual). Aqui se localiza o problema do qual nos ocupamos: qual é a identidade da narrativa historiográfica da experiência humana historicizada pela configuração textual? De que sentido e referência nos apropriamos pela leitura de uma historiografia?

Tenhamos presente que este capítulo tem aqui um cunho propedêutico ao quarto e ao quinto capítulos: ao quarto, enquanto responde pelas condições de possibilidade da identidade da narrativa historiográfica como *categoria da representância*, na aplicação do modelo de tríplice *mimesis* à configuração da narrativa histórica, e, ao quinto, enquanto legitima nossa aplicação da *categoria da representância* como identidade de uma narrativa historiográfica literária brasileira. Em ambos os capítulos aparecerão, respectivamente, o estudo da

¹⁶¹ *TNI*, p. 134. Mediação indireta ou laço de derivação.

identidade narrativa da historiografia e de uma historiografia literária brasileira como *categoria da representância*. Tal será o propósito dos próximos capítulos.